



# Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A política educacional do desenvolvimentismo sob a presidência Juscelino Kubitschek.</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Gabriela Borges Silva</b>	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Mestranda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Neste trabalho pretendo investigar a política educacional implementada pelo Estado no período do desenvolvimentismo administrado por Juscelino Kubitschek. Análise este papel do Estado diante da teoria marxista, compreendendo que o Estado esteve a serviço de interesses privados. Utilizarei a linha de pensamento Gramsciana e seu conceito de hegemonia. Segundo Gramsci, as relações de hegemonia estão estruturadas entre Estado e sociedade civil, sendo um meio em que o Estado busca o consenso social (GRAMSCI, 2000b). JK apresenta a visão hegemônica proposta no seu governo em documentos (como as "Mensagem ao Congresso Nacional") que tiveram a sua ideologia analisada por Cardoso (1978). Uma das ideias expostas nestes documentos é a de que o processo de aceleração do crescimento levaria a superação do atraso, à prosperidade e esta resultaria em uma igualdade social. Contudo, segundo Coutinho (2008) a classe dominada esteve sob o que o autor chama de uma hegemonia seletiva, pois foram dadas concessões a operários urbanos ao mesmo tempo em que foram excluídos setores como o dos trabalhadores rurais e autônomos, sem nenhuma compensação. Já a classe dominante foi favorável a esta abertura da economia, entendendo que poderia ser fonte de lucro e formação de uma burguesia brasileira. Gramsci dizia que "toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica" (GRAMSCI, 1999) e é diante disso que investigarei a forma como o Estado se estrutura neste período e produz sua política educacional, buscando compreender a influência dos centros de pesquisa do INEP e do capital estrangeiro.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Política educacional; Desenvolvimentismo; Estado brasileiro			
ABSTRACT			
<p>In this article I intend to investigate the educational policy implemented by the State during the period of developmentalism administered by Juscelino Kubitschek. Analyze this role of the state in the face of Marxist theory, comprising the state was in the service of private interests. I will use the line of thought Gramscian and its concept of hegemony. According to Gramsci, hegemony relations are structured between state and civil society, being a medium in which the state seeks the social consensus (Gramsci, 2000b). JK presents the hegemonic view, proposal in her government in documents (such as "Message to Congress") who had their ideology analyzed by Cardoso (1978). One of the ideas contained in these documents is that the process of acceleration of growth would overcome the delay, and this would result in prosperity and social equality. However, according to Coutinho (2008) the class dominated lived what the author calls a hegemony selective, because concessions have been given to urban workers while other had their sectors excluded such as rural workers and self-employed, without any compensation. Already the ruling class was receptive to this openness of the economy, understanding that could be a source of profit and formation of a Brazilian bourgeoisie. Gramsci said that "every relationship of hegemony is necessarily a pedagogic relationship" (Gramsci, 1999) and it is on this that I will investigate how the state is structured in this period and produces its educational policy, seeking to understand the influence of research centers INEP and foreign capital.</p>			
KEYWORDS			
Educational policy; Developmentalism; Brazilian State			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado.			

## **Introdução**

O Estado brasileiro, enquanto Estado capitalista sempre privilegia as instituições privadas em detrimento da classe dominada, trabalhadora que gera o lucro a classe dominante. Esse processo foi maior durante o governo de Juscelino Kubitschek que compreendeu o período de 1956 a 1961 e foi marcado por ser democrático e pela busca da aceleração do crescimento econômico. O desenvolvimentismo econômico era almejado por JK por meio da migração de um Estado agropecuário para um Estado predominantemente industrial.

Para tanto seria necessário capacitar mão de obra, o que caberia a escolas técnicas e cursos superiores de administração, os demais não deveriam ser estimulados. Contudo, esse era um fator preocupante neste governo já que o analfabetismo atingia 50% da população. Além de investir em alfabetização e em escolas profissionalizantes, foi investido também na formação continuada de professores, função desempenhada também através da pesquisa em educação e assim ao criados Centros de Pesquisa ligados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos<sup>1</sup> (INEP).

A educação foi claramente colocada como um instrumento a serviço de uma política econômica. E é diante do pensamento marxista gramsciano que vou procurar entender a ideologia política desenvolvida durante a presidência de Juscelino Kubitschek, compreendendo a relação entre trabalho, capital e educação e a luta social envolvida.

### **Conceitos básicos do marxismo**

Para maior compreensão das políticas públicas, irei me valer dos conceitos marxistas de trabalho, mais valia, produtividade, alienação e capital. Para Marx, há uma diferenciação entre trabalho e emprego (ou trabalho abstrato). Segundo o filósofo alemão, trabalho seria uma condição natural do homem enquanto espécie e estaria relacionado à natureza, a como este a modifica e se modifica a partir disso. Com o desenvolvimento e complexificação das sociedades foi ocorrendo também a relação homem-homem. Como a forma de trabalho distingue as sociedades, vimos historicamente às sociedades caçadora-coletora, passando ao escravismo, ao feudalismo e ao capitalismo. O trabalho abstrato que podemos compreender como emprego, seria a transformação do trabalho em mercadoria, uma forma de exploração do homem pelo homem. O trabalho abstrato tem sua produtividade atrelada ao mercado, se gera lucro é considerado produtivo, se é um custo ao sistema é considerado improdutivo. O entendimento destes dois conceitos é importante para a compreensão de que há outras formas de relação de trabalho (e que este é inerente ao homem), não somente a ligada ao capitalismo. Esta seria a chave para a superação deste sistema (MARX, 2004).

---

<sup>1</sup> Hoje Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Marx considera o trabalho abstrato como “o ato de alienação da atividade humana prática”, esta alienação se deve pela exteriorização do trabalho e pela imposição do mesmo, por não ser algo natural ao trabalhador e sim algo que gera mal estar. A exteriorização do trabalho é dada pela alienação do trabalhador por si mesmo, devido ao objeto do trabalho não pertencer a ele, levando a alienação da atividade do trabalho. Segundo o filósofo alemão:

Assim como o trabalho alienado transforma a atividade livre e dirigida pelo próprio indivíduo em um meio, também transforma a vida do homem como membro da espécie em um meio de existência física.

(MARX, 2004)

Sendo assim, podemos entender a relação do capitalismo, incluindo o projeto do desenvolvimentismo a diante desta definição:

*A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado inevitável, do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.*

(MARX, 2004)

O capital, riqueza obtida pela classe burguesa, gerada pela produção do trabalho abstrato, torna este dependente da mais valia e não da natureza. Para Marx, na sociedade capitalista, o Estado é repressor da classe dominada e explora sua força e o valor de seu trabalho. Sendo o capital a alienação predominante da classe explorada, faz com que esta seja conformista e aceite as leis do mercado de trabalho que dizem quanto vale o seu trabalho e escondem a sua real essência (LESSA & TONET, 2008). Com a democracia essa repressão diminuiu e com isso é preciso ter domínio do consenso social através da pedagogia da hegemonia, fazendo com que o Estado assuma o papel de educador e de instituições da sociedade civil os meios com que essa pedagogia possa se estruturar.

### **Gramsci e o Estado educador**

Gramsci dizia que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 1999 p. 39 apud NEVES, 2005) e que as relações de hegemonia estariam estruturadas entre Estado e sociedade civil, sendo um meio em que o Estado busca o consenso social.

Segundo o autor supracitado, como o Estado nas sociedades ocidentais não apresenta um poder absoluto (como no caso de ditaduras), faz-se necessário o domínio e a direção do consenso social, entendendo como consenso a adesão espontânea. Para isso o Estado assume a posição de educador, realizando a formação do “homem coletivo”, com a construção de uma sociedade civil

bem articulada e até superficialmente politizada. Mas mantendo na classe dominada uma busca do individualismo e conformismo quanto a sua condição de exclusão dos bens (GRAMSCI, 2000b apud NEVES, 2005).

Lançando mão dos conceitos Marxistas de estrutura e superestrutura, em que estrutura caracteriza a classe dominada e superestrutura o Estado, Gramsci afirma que o setor privado da sociedade civil também faria parte da superestrutura, consolidando ações hegemônicas. O Estado educa para o consenso através da própria sociedade civil: instituições como a igreja, meios de comunicação de massa, associações recreativas, ONGs e a escola, para Gramsci, o mais importante destes (NEVES, 2005).

Todas essas organizações ajudam a moldar o pensamento do homem coletivo, mas a responsável pela formação intelectual é a escola. Cabe ressaltar que:

Sendo o Estado capitalista um Estado de classes, tende a organizar a escola em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme a concepção de mundo da classe dominante e dirigente, embora, contraditoriamente, dependendo do grau de difusão da pedagogia da contra-hegemonia na sociedade civil, a mesma escola esteja permeável à influência de outros projetos políticos pedagógicos (NEVES, 2005, p. 29).

### **Ideologia desenvolvimentista**

O Brasil se tornou um Estado antes de se tornar uma nação. Coutinho (2008), afirma isto pautado na história da independência que não se deu por um clamor popular, mas por uma nova forma de gerência do grupo até então dominante. O autor coloca que:

isso provoca conseqüências extremamente perversas, como, por exemplo, o fato de que tivemos, desde o início de nossa formação histórica, uma classe dominante que nada tinha a ver com o povo, que não era expressão de movimentos populares, mas que foi imposta ao povo de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro e, portanto, não possuía uma efetiva identificação com as questões populares, com as questões nacionais. (p. 176).

Mesmo após ter tornado-se uma nação, a sobreposição do Estado a esta, é também presente após a Revolução de 1930, marcada historicamente por colocar o país na 'modernidade'. Coutinho (2008) aponta que é a partir desta que se consolida o capitalismo brasileiro, incluído o processo de industrialização. A ação do Estado neste caso é centralizadora, não partiu do empresariado e sim de políticas cambiais e de crédito que beneficiassem a indústria e pela criação de indústrias estatais, principalmente ligadas a siderurgia e a energia. De 1930 a 1990 (quando é implantado o neoliberalismo), o capital industrial passa a ocupar predominantemente o grupo de poder que

governa o país, estando a política juscelinista marcadamente voltada ao processo de expansão da indústria e assim da “modernização”.

A criação de indústrias estatais não se deu para o maior crescimento econômico do Estado brasileiro, em que o lucro fosse revestido para setores sociais, por exemplo, mas para serem indústrias de apoio a indústrias privadas, como um subsídio. Isto pode ser comprovado pelas taxas de lucro, os das empresas estatais eram notadamente menores que o das privadas, como aponta Coutinho (2008):

(...) enquanto a taxa média de lucro das empresas estatais era de cerca de 11%, a taxa de lucro do setor privado, tanto internacional quanto nacional, situava-se em torno de 30% (Suzigan, 1976, capítulo III). (p. 184).

Contudo, JK defendia que sua política econômica iria levar o país a num futuro próximo, sair da condição de pobreza, o que Cardoso (1978) entende como uma relativização da miséria. Ele apresenta a miséria, como sendo um estágio a ser superado e somente o desenvolvimento poderia alcançar. E ainda que a modernização levaria a valorização do homem brasileiro.

Miriam Limoeiro Cardoso (1978) analisa a ideologia desenvolvimentista de JK através de suas ideias expostas em documentos como: “Mensagem ao Congresso Nacional”, em que o presidente apresenta a visão hegemônica proposta no seu governo.

Segundo o então presidente, o que faltava para a saída da condição de subdesenvolvimento é o esforço, o trabalho para o processo do crescimento, tendo em vista as riquezas naturais do país. A aceleração do crescimento proposta por Kubitschek superaria o estado de atraso econômico e alcançaria a prosperidade, eliminando a miséria. Cardoso (1978) aponta que:

De acordo com Juscelino, portanto, a busca da prosperidade tem em si mesma a marca do social e nesta a de toda a coletividade. (p. 94).

JK se volta para os problemas econômicos explanando que a consequência destes é o aumento do nível de vida. Ele apresenta seu governo como entendedor dos problemas sociais, identificado com o povo e negador de níveis de vida julgados como indignos da condição humana. E compara sua ascensão pessoal, de origem pobre que chegou a se tornar médico e em seguida presidente, entendendo que este não seria um caso raro e sim como o resultado natural de quem se esforça, compreendendo a pobreza como um estágio a ser superado. A meta de seu governo seria então o progresso e o bem-estar (CARDOSO, 1978).

Com isso Kubitschek, não cria ações voltadas ao social e prioriza o econômico, deixando a melhoria de vida social para um futuro, porém com seu discurso consegue o consenso das classes menos abastadas da sociedade. Apesar do discurso de Juscelino, este novo modelo econômico

confere uma maior adequação aos interesses das classes dominantes brasileiras. O governo de JK não foi diferente dos demais, o Estado brasileiro sempre esteve subjugado a interesses privados, o que é próprio do capitalismo, mas Coutinho (2008) afirma que o privatismo neste período foi mais forte que em boa parte dos governos capitalistas. Mesmo buscando um *Welfare State*, também ocorrido em outros governos capitalistas, no caso brasileiro:

Criamos juridicamente, por meio de um longo processo que se inicia nos anos 1930, um aparente Estado *dobem-estar*; mas foi com muita felicidade que Francisco de Oliveira o chamou ironicamente de ‘Estado do mal-estar social’. E isso porque, na verdade, o pretense *Welfare* brasileiro não funciona: embora juridicamente a Constituição consagre importantes direitos sociais, estes não são implementados na prática, não tanto porque o país seja pobre ou o Estado não disponha de recursos, como frequentemente se alega, mas sobretudo porque não há vontade política de fazê-lo, ou seja, porque não há um verdadeiro interesse público embasando a ação de nossos governantes. Eles preferem pagar a dívida pública e assegurar o chamado equilíbrio fiscal (por meio de enormes superávits primários) do que atender às reais demandas da população brasileira. (COUTINHO, 2008, p. 185).

Uma marca do desenvolvimentismo do governo Juscelino foi a abertura ao capital estrangeiro, que em outros governos era motivo de preocupação, por visar favorecer o capital nacional. Essa abertura econômica não buscava desprivilegiar o capital nacional e foi bem recebido pela burguesia brasileira pois esta compreende esse benefício como a sua consolidação.

A característica desse Estado é de ocidentalidade, segundo o conceito gramsciano, em Estados em que não há poder absoluto, como na ditadura (forma oriental), faz-se necessário o domínio e a direção do consenso social, entendendo como consenso a adesão espontânea.

Todavia, Coutinho (2008) chama atenção que durante o governo JK e nos demais governos populistas, ocorreu o que ele chamou de uma ‘hegemonia seletiva’, pois, com a transição da economia do estágio agropecuário, para o da industrialização parte da classe dominada foi beneficiada com novos empregos, benefícios e concessões trabalhistas, contudo, outra parte desta classe tinha seu setor de atuação excluído, situação encontrada pelos trabalhadores rurais e urbanos autônomos, os quais não obtiveram os direitos sociais e nem políticos dados aos outros (como a proibição do voto aos analfabetos).

Apesar da exclusão dessa camada da classe trabalhadora, os governos populista, incluindo o de Kubitschek, conseguiram obter a hegemonia do consenso popular, mesmo que esta seja seletiva, precária e instável (COUTINHO, 2008).

A ideologia do desenvolvimentismo capitalista difundido por JK se dá então, por meio da produção econômica e ideológica ambas com atuação ativa e centralizadora do Estado (CARDOSO, 1978).

## **Política educacional no período JK**

A educação é inerente ao homem e sua vida em sociedade e enquanto questão social é aspecto importante a ser tratado por políticas públicas. Desde as comunidades mais primitivas havia a seleção dos saberes que deveriam ser repassados as gerações futuras. O processo de aprendizagem constitui a validação da experiência de formas e conteúdos próprios da produção da existência humana, considerando que o homem só existe em sociedade, é o conjunto das produções de existência que dão forma a esta (SAVIANI, 1997).

Saviani (1997) relaciona historicamente a educação e sua sistematização com os modos de produção trabalhistas. Nas comunidades primitivas a educação era dada da maneira citada acima, pois as formas de produção da existência, modos de explorar a natureza, eram dados de forma coletiva e assim se educavam as novas gerações. Já nas sociedades antigas, com modo de produção escravista e medieval, com modo de produção feudal e na moderna, capitalista, que detinham/detém a apropriação privada, a educação é voltada ao grupo dominante, que tinha tempo livre. Porém na sociedade moderna, a burguesia não é uma classe ociosa e como nestas a indústria prevalece em relação ao campo, ela exige graus de escolarização de todos os níveis da sociedade. A burguesia então precisa e passa a atuar na luta pela escola universal e obrigatória.

A educação no Brasil não sofreu processo diferente, até o século XIX 80 a 85% da população era analfabeta, e esta somente era dignada as elites. Com a república e o desenvolvimento da sociedade brasileira passa-se a ter maior pressão social sobre a educação pública. Após a revolução de 1930, onde se inicia o processo de industrialização da economia e aumento do desenvolvimento é criado o Ministério da Educação e Saúde, passando-se a reconhecer a educação como uma questão nacional. Em 1931 o ministério faz uma reforma na educação, no ano seguinte foi assinado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que foi voltado ao povo e aos dirigentes, buscando nortear a criação de um sistema nacional de educação. Em seguida foram promulgadas: a constituição de 1934 que exigia diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação; leis orgânicas de 1942 e 1946 promulgadas pelo então ministro Gustavo Capanema; que permitiram a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases, iniciada em 1947 e aprovada em 1961, que acabou não correspondendo às expectativas, mas era de alguma forma resultado de uma pressão popular (SAVIANI, 1997).

O governo JK estava em meio a este antecedente de maior atenção dada a educação, por parte do povo e dos intelectuais, que chegou a ganhar espaço no poder, com manifestos e leis e ele mesmo procurou atender as demandas de aceleração do crescimento econômico com maior

instrução a população que atendesse as necessidades da industrialização, estando a educação como uma ferramenta a ser utilizada para o desenvolvimentismo (CARDOSO, 1978).

O governo de Kubitschek sofreu a pressão da volta dos escolanovistas que se fortaleciam com a atuação de Darci Ribeiro e lançaram mão de um novo manifesto intitulado “Mais uma vez convocados”, novamente redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 189 educadores, dentre eles Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Paschoal Leme. Após vinte e cinco anos estes educadores voltaram a defender a bandeira da escola pública, gratuita e laica para todos. Contudo, esta medida sofria retaliação por parte do então deputado Carlos Lacerda e dos bispos católicos, que detinham a centralidade do ensino. Estes pediram a demissão de Anísio da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), pois defendiam o direito a livre escolha por parte da família, a que tipo de educação queriam dar a seus filhos, queixando-se da obrigatoriedade imposta no manifesto. Esta medida gerou a reação de 529 educadores que com abaixo-assinado evitaram a saída de Anísio Teixeira dos órgãos citados. Contudo, os escolanovistas foram derrotados no governo seguinte, com a aprovação da LDB de 1961 que deliberou pela expansão da rede privada, medida que desprivilegiou os membros da classe dominada (BOMENY, 2013).

No fim da década de 50, o país possuía 50% de sua população analfabeta e era rara a oferta de ensino público, fator preocupante para um governo de proposta desenvolvimentista. Ao final do governo JK essa taxa caiu para 40%. O governo precisava de mão-de-obra especializada para o desenvolvimento das indústrias, para tanto ele procurou investir em alfabetização, no ensino técnico e superior e até com a formação dos professores. Contudo, foi baixo o investimento em educação, 3,4% do inicialmente previsto (BOMENY, 2013; CUNHA, 2002).

O pouco que foi investido em educação foi focado no ensino primário e médio tecnicistas, um gasto quatro vezes maior do que era praticado. O ensino superior não deveria ser prioritário, voltado apenas a quem tivesse “vocaçãõ” aos “estudos intelectuais.”, com exceção dos cursos de administração, que deveriam ser expandidos. Além disso, a política de JK buscava aprimorar o corpo docente de todos os níveis de ensino. Este foi um dos fatores que influenciaram a criação dos centros de pesquisa educacionais, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisa Educacionais (CRPE) em cada estado da federação, ligados ao INEP, apesar de não citarem, acabaram tendo atuação na formação de recursos humanos<sup>2</sup>, além da investigativa.

---

<sup>2</sup> Sobre a atuação formativa, Cunha (2002) relata que o Centro Regional de Pesquisa Educacionais de São Paulo ofereceu bolsas de estudos para professores primários nos Estados Unidos, com iniciativa conjunta do governo americano e do INEP e promoveu o I Seminário de professores primários, em 1957 e cursos para formação de professores como o Curso para Delegados de Ensino em 1958, e neste mesmo ano e nos dois anos seguintes o Curso de Especialistas em Educação para América Latina. Além de cursos para inspetores escolares.

Este autor chama a atenção para a atuação de organismos internacionais no INEP desde sua criação, o que não foi diferente durante a criação e o estabelecimento do CBPE, que contou com a participação de técnicos da UNESCO. Inclusive com influência desta instituição na indicação do corpo diretivo do novo órgão. O CRSP (o Centro Regional de Pesquisa Educacionais de São Paulo) promoveu cursos que faziam parte do Projeto Maior Nº 1 da UNESCO que, segundo Cunha (2002), era expandir a educação primária e erradicar o analfabetismo na América, e assim o organismo justificava gastos com a formação de recursos humanos. Estes cursos fariam com que o pensamento pedagógico fosse “aprimorado”. Fernando de Azevedo se aproximava dessa ideia, voltada a formação de "elites intelectuais e pedagógicas".

Com relação à pesquisa em educação, Gatti (2001) aponta três fases marcantes: a primeira seria a criação do INEP, ao final da década de 30, a segunda seria a criação dos Centros Brasileiro e Regionais de Pesquisas (CBPE e CRPEs), no início do governo JK e a terceira a criação dos cursos de pós-graduação, na década de 60. Com atuação importante na história da pesquisa educacional, a partir da criação dos centros de pesquisa surgem também dois novos periódicos: “Educação e Ciências Sociais”, em março de 1956, vinculado ao CBPE e “Pesquisa e Planejamento”, vinculado ao Centro Regional de Pesquisa Educacional de São Paulo (CRSP), que era dirigido por Fernando de Azevedo. Ambos os periódicos realizavam a divulgação dos estudos e projetos realizados pelos Centros de Pesquisa (CUNHA, 2002).

O principal tema no início das pesquisas era a psicopedagogia, voltada à relação ensino-aprendizagem. Na década de 50, o principal tema das pesquisas eram as condições sociais e culturais, o Brasil saía de um período de ditadura e entrava no processo democrático, o que incluiu maior escolarização, nos anos iniciais do ensino fundamental. Gatti (2001) informa que as pesquisas da época voltavam-se principalmente a relação do sistema escolar com fatores sociais.

Neste período a pesquisa educacional era marcada por uma grande influência do tipo de pesquisa mais próxima das ciências exatas, as ciências sociais davam maior valor a racionalidade e menos enfoque a questões intuitivas. Fernando de Azevedo chega a defender a substituição não somente da forma de investigação científica em educação, mas da “política empírica de educação” por uma “política científica realista e racional” (CUNHA, 2002).

Em seus periódicos, os centros de pesquisa valorizavam a sua ação tanto de pesquisa quanto de formação de recursos humanos, tentando apoiar a educação como instrumento diante da modernidade e incluindo questões sociais, econômicas, culturais e políticas. Para tanto deveriam ser feitos levantamentos de dados socioculturais que adequassem a escola ao novo modelo político-econômico que a sociedade estava vivenciando. Segundo Cunha (2002), o Plano de Organização do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais apresenta a escola como:

"agência de transmissão do patrimônio cultural e da sua própria harmonização". A escola aparece no referido Plano como instrumento a ser utilizado "no processo de aceleração, correção ou equilíbrio do desenvolvimento da sociedade brasileira" (p. 134).

A ação da pesquisa teve tamanha importância, pois os diretores do CBPE e os técnicos da UNESCO viam nas ciências sociais a solução para os problemas educacionais do país. As pesquisas deveriam medir e avaliar as mudanças futuras, elaborando mapas sociológicos e educacionais (CUNHA, 2002).

A mudança na educação, também era tida como uma superação de atraso, o que pode ser identificado em alguns artigos dos periódicos ligados aos centros de pesquisa cujos autores aderiram à ideologia desenvolvimentista e entendem que a educação precisa se modernizar acompanhando a política econômica, afastando a tradição rural da escola (CUNHA, 2002).

## **Conclusão**

O governo JK pretendia alcançar a aceleração do crescimento através da mudança de uma economia baseada na agropecuária para passar a prevalência das indústrias. O governo passou se utilizou de pouco processo de convencimento, já que conseguiu obter a hegemonia do consenso social sobre sua política, ainda que uma hegemonia seletiva, já que setores da classe trabalhadora foram eliminados sem compensações (COUTINHO, 2008).

Pouco foi investido em educação, assim como em outros setores sociais, já que Kubitschek deixou de lado a política em si, para valorizar a economia, entendendo que a consequência da melhora desta última, baseada no esforço e no trabalho para atingir o potencial não utilizado do país, era a prosperidade e bem-estar, numa relativização da miséria (CARDOSO, 1978).

Após traçar um perfil de parte da história da política econômica e educacional no país somos capazes de compreender como o Estado vai se tornando uma nação. Parte da atuação social no país relacionada à educação é devida ao início do processo de industrialização e mesmo sua luta para que alçasse a classe dominada é uma ação que beneficia a burguesia, já que nesta mudança econômica seria necessário algum nível de instrução dos trabalhadores. Mesmo assim, entendendo que esta é uma ação que beneficia a todos, houve lutas sociais pela obrigatoriedade e expansão da educação pública.

Como já foi colocado aqui, assim como na política econômica, a política educacional foi encarada como deficitária, e seria necessária a superação do atraso, até porque a educação é vista no governo JK como um instrumento a serviço da aceleração do crescimento econômico. Foi identificada uma forte atuação de técnicos da UNESCO, organismo internacional na atuação e no

corpo diretivo dos Centros de Pesquisa. A atuação dos Centros de Pesquisa do INEP foi relevante na formação continuada de professores e na investigação científica, que passou a ter caráter mais científico, buscando o rigor e a maneira de fazer ciência que se aproximasse das ciências naturais. Tendo nesta última a noção também de auxílio à formação intelectual do professor e da criação de mapas socioeconômicos que sustentassem a importância da nova política econômica.

### Referências Bibliográficas

BOMENY, Helena. *Educação e desenvolvimento: o debate dos anos 50*. In: O Brasil de JK. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>>. Acesso em: set. 2013.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2. ed., 1978.

COUTINHO, C.N. *O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas*. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (orgs). *Fundamentos da educação escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2008.

CUNHA, M. V. *A Educação no Período Kubitschek: os Centros de Pesquisas do Inep*. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 83, n. 203/204/205, p. 127-140, jan./dez. 2002.

GATTI, A. B. *Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

GRAMSCI (1999) *Cadernos do Cárcere*. v.1. *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. APUD. Neves, M. L. W. (2005). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. Editora Xamã. São Paulo.

GRAMSCI (2000b) v.3. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. APUD. Neves, M. L. W. (2005). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. Editora Xamã. São Paulo.

LESSA, S. & TONET, I. *Introdução a Filosofia Marxista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. (2004). *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Tradução João Paulo Neto. São Paulo. Global, 1985a. Disponível em:

<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>. Acesso em: set. 2013.

Neves, L. M. W. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. Editora Xamã. São Paulo, 2005.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação*. Campinas: Autores Associados, 1997.

SUZIGAN, W. *As empresas do governo e o papel do Estado na economia brasileira*. In: SUZIGAN, Wilson. *Aspectos da Participação do Governo na Economia*. Rio de Janeiro: Ipea, 1976. APUD.

COUTINHO, C.N. O *Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas*. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (orgs). *Fundamentos da educação escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2008